

PROJETO DE LEI Nº 2.648 DE 2015
(Supremo Tribunal Federal)

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

EMENDA Nº

Acresça-se o art. 13-A à Lei 11.416/2006:

Art. 13-A. A Gratificação de Perícia e a Gratificação de Projeto, ambas no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal, são devidas, respectivamente, ao servidor:

I - integrante da carreira de Analista durante o período em que desenvolver perícia, mediante designação do Presidente do órgão ou do órgão colegiado de coordenação e revisão, com o objetivo de subsidiar a atuação institucional em procedimento administrativo, extrajudicial ou processo judicial;

II - designado para desenvolver e implementar projeto de especial interesse da Administração, pela autoridade superior da entidade.

§ 1º As gratificações previstas neste artigo não poderão ser percebidas cumulativamente entre si e não podem ser acumuladas com o pagamento de hora extra.

§ 2º Os servidores sem vínculo efetivo com o Poder Judiciário da União ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança farão jus à gratificação de que trata o inciso II deste artigo no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do primeiro padrão do vencimento básico mensal da carreira de Analista ou da carreira de Técnico, respectivamente.

§ 3º O Presidente do órgão regulamentará as gratificações de perícia e de projeto, podendo estabelecer limite de tempo de percepção e condições para a concessão.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa equiparar o Plano de gratificação dos servidores do Ministério Público com o do Poder Judiciário.

É sabido que, em 25/8/2015, o Senado Federal aprovou substitutivo ao Projeto de Lei, cujo teor altera a Carreira dos Servidores do Ministério Público, no qual foi incluída a Gratificação de Perícia e a Gratificação de Projetos.

Com o objetivo de garantir a equidade de remuneração entre os servidores que realizam tarefas análogas, apresento esta emenda.

Sala da Comissão, em de setembro de 2015.

Deputado **IZALCI**